



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Manaus-AM/2014



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional  
Maria do Socorro Marques Feitosa

Chefe da Procuradoria Regional  
Neuton Alves de Lima

Chefe da Divisão de Administração  
Omar da Silva Oliveira

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
Giovani de Araújo Silva

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
Ronaldo Pereira Santos

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
José Brito Braga Filho

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	13
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	13
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações .....	14
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	14
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.....	15
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária .....	15
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações .....	15
3.1.2 Cartografia.....	16
3.1.3 Territórios Quilombolas .....	16
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor.....	17
3.1.5 Indicadores.....	18
3.1.6 Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....	19
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento .....	20
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações .....	20
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	22
3.2.3 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	22
3.2.4 Principais atividades de controle do Gestor.....	22
3.2.5 Indicadores.....	23
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	24
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações .....	24
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.....	26
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações .....	26
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.....	33
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.....	34
3.3.6 Indicadores.....	34
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....	34
3.3.8 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	34
4. Prestação Direta de Serviços ao Público.....	34

4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	34
4.2	Principais atividades de controle do Gestor.....	35
5.	Gestão de Pessoas .....	35
5.1	Distribuição de servidores .....	35
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	35
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem .....	36
5.4	Recursos humanos da unidade.....	38
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos .....	38
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas .....	38
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	39
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa .....	40
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços .....	41
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício .....	42
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal .....	42
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	44
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores .....	45
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	47
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.....	47
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR .....	48
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber .....	48
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR .....	48
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	49
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	49
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos .....	49
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações .....	49
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	50
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas .....	53
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.....	53

<b>8.2</b>	<b>Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.....</b>	<b>53</b>
<b>9.</b>	<b>Ouvidoria .....</b>	<b>54</b>
<b>10.</b>	<b>Correição.....</b>	<b>54</b>
<b>10.1</b>	<b>Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD. ....</b>	<b>54</b>

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDB – Associação Crédito do Brasil  
CDR – Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada  
 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
 MAS – Microssistema de Abastecimento de Água  
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
 MMA – Ministério do Meio Ambiente  
 MP - Medida Provisória  
 MPF – Ministério Público Federal  
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
 NE - Norma de Execução  
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
 OCI – Órgão de Controle Interno  
 PA - Projeto de Assentamento  
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
 PAE – Projeto Agro-Extrativista  
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
 PB – Projeto Básico  
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
 PDS – Projeto Desenvolvimento Sustentável  
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
 PGE - Plano Geral de Estatísticas  
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
 PC – Plano de Compromisso  
 PPA - Plano Plurianual  
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
 PU - Planos de Utilização  
 RB – Relação de Beneficiários  
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
 RG - Relatório de Gestão  
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
 RL - Reserva Legal  
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente  
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
 SIG - Sistema de Informações Geográficas  
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal



SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISPROT – Sistema de protocolo  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União  
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCT – Termo de Cooperação Técnica  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UA - Unidade Avançada  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária

## INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 127 de 15 de maio de 2013, o Relatório de Gestão 2013 Individual da Superintendência Regional do INCRA/AM, está organizado em 10 (dez) itens, sendo:

- 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada**
- 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**
- 3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão**
- 4. Prestação Direta de Serviços ao Público**
- 5. Gestão de Pessoas**
- 6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil**
- 7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão**
- 8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas**
- 9. Ouvidoria**
- 10. Correição**

A despeito das peculiaridades regionais e dos poucos recursos disponíveis, esta Superintendência pelo seu corpo diretivo e técnico, tem buscado cumprir as metas que lhes são atribuídas, somando de maneira positiva para o avanço da reforma agrária brasileira, considerando ainda a Amazônia ser uma região diferenciada. Outro fato que pode ser considerado importante é o avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação, um desafio que está sendo vencido com determinação e competência, levando a esses brasileiros, vigilantes das florestas e rios, inclusão social e cidadania.

Vale ressaltar que o INCRA Amazonas vem sofrendo com a redução do corpo técnico, mesmo havendo o ingresso de servidores nomeados em 2013 relativos ao concurso ocorrido em 2010, contribuiu pouco em consequência desses servidores por serem originários de outros estados brasileiros, que buscam transferências aos seus estado de origem, e esse fato se agrava ano a ano em função das aposentadorias que naturalmente ocorrem.

Alem desses fatos, o órgão conta com poucos recursos para trabalhar num estado amazônico de dimensões continentais e dificuldades de locomoção, utilizando para isso, vários meios de transportes, como carros, aviões, embarcações regionais e voadeiras, além da falta de logística no interior, onde a rede hoteleira é praticamente inexistente.

Apesar de todos esses obstáculos, o INCRA, conseguiu cumprir com as determinações da autarquia e dessa forma, superou metas estabelecidas nos mais diversos seguimentos, como assentamentos de famílias, titulação, imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural, mesmo a despeito dos poucos recursos financeiros para essa ação.

Outro fato que implicou na execução física das ações da Superintendência foi a edição da Portaria/INCRA/N°645, em consequência do Decreto n° 8.062/2013, que estabeleceu os limites de movimentação e empenho do orçamento/2013 e da Portaria MPOG n° 268/2013, que limitou as despesas com a contratação de bens e serviço e com a concessão de diárias e passagens.

Dois fatos marcaram com relevância as ações da Superintendência em 2103, que foram:

a) A publicação da Portaria Interministerial nº 78, de 08/02/2013, dos Ministérios das Cidades, Desenvolvimento Agrário e Planejamento, Orçamento e Gestão, que incluiu os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV;

b) a publicação da Portaria INCRA/P/Nº 352/2103, que determinou a Suspensão do Programa Crédito Instalação.

### **Informações Gerais sobre o Relatório de Gestão que não se aplicam ou não são executadas pela UJ**

#### *Item 3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária*

##### *Subitem 3.1.1 Demonstração do Resultado das Ações*

##### *Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária*

Foram excluídas as informações sobre:

- Ação 2114 – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos – por ser uma ação de execução exclusiva do INCRA/Sede;
- Ação 210U – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais – por ser uma ação de execução do Programa Terra Legal;
- Ação 210Z – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas – a ação não foi executada pela UJ no exercício;
- Ação 210Z – Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos – a ação não foi executada pela UJ no exercício.

Não constam as informações sobre *Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar* em consequência de não haver ocorrido a execução de ações com recursos inscritos em restos a pagar.

#### *Subitem 3.1.5 Indicadores*

O indicador **Índice de Regularização Fundiária** – não informado por ser uma atividade de execução do Programa Terra Legal.

#### *Item 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento*

##### *Subitem 3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações*

*Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária*

Foram excluídas as informações sobre:

- Ação 211B – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – a ação não foi executada pela UJ no exercício;

*Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Foram excluídas as informações sobre:

- Ação 211A – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211A – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211B – Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211B – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – não houve restos a pagar inscrito para essa ação.

*Subitem 3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente*

Não houve no exercício valor descontado referente a recomposição ambiental.

*Subitem 3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados*

No exercício não foram desapropriados imóveis na jurisdição da Superintendência.

*Subitem 3.3.7 Indicadores*

O indicador ***Índice de gastos com Obtenção de Terras*** não informado por ser uma ação não executada pela UJ no exercício.

*Subitem 3.2.8*

Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício, destacando a quantidade de assentamentos com áreas de reserva legal (RL) e área de preservação permanente (APP) preservada e não preservada, incluindo estimativas de custo

para recuperação dessas áreas conforme o disposto no “Manual para Elaboração e Implantação de Projetos e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária”.

Não apresentado por não haver assentamento instituído no exercício pela UJ.

*Item 3.3 Obtenção Desenvolvimento de Projetos de Assentamento*

*Subitem 3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações*

*Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária*

Foram excluídas as informações sobre:

- Ação 210T – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária – a ação não foi executada pela UJ no exercício;
- Ação 210T – Concessão de Bolsa de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagogia e Social – a ação não foi executada pela UJ no exercício.

*Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*

Foram excluídas as informações sobre:

- Ação 211A – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211A – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211A – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211T – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA) – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211T – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária – não houve restos a pagar inscrito para essa ação;
- Ação 211T – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social – não houve restos a pagar inscrito para essa ação.

*Item 7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais*

Não se aplica em razão da UJ não ter instaurado TCE's no exercício 2013; concluindo as TCE's instauradas no exercício 2012 e encaminhando para os trâmites subsequentes junto a Auditoria Interna do INCRA.

## INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

*Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual*

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas		
Denominação abreviada: SR(15)/AM		
CNPJ: 00.375.972/0014-85		
Código SIORG: 4137	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373025
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(092) 3194.1300	
Endereço eletrônico: <a href="mailto:publico@INCRA.gov.br">publico@INCRA.gov.br</a>		
Sítio na Internet : <a href="http://www.INCRA.gov.br">http://www.INCRA.gov.br</a>		
Endereço Postal: Av. André Araújo, 901 – Aleixo – CEP: 69.060-001 – Manaus/AM		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA</li><li>- Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA</li><li>- Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA</li></ul>		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA</li><li>- Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA</li></ul>		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"><li>- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008</li><li>- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006</li><li>- Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006</li><li>- Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011</li><li>- Norma Técnica para Georeferenciamento de Imóveis Rurais – 3ª Edição – setembro/2013</li><li>- Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002</li><li>- Manual de Cadastro Rural</li><li>- Manual de Fiscalização Cadastral</li></ul>		

## **2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**

### **2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia**

O processo de planejamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para o biênio 2013-2014, resultou nos Planos de Ação de Superintendências Regionais e Diretorias e nas Metas de Avaliação Globais e Intermediárias para o 3º Ciclo de Avaliação Institucional da Autarquia.

O Conselho Diretor do INCRA, através da Resolução Nº 12, de 19/06/2013, aprovou os critérios para distribuição de créditos orçamentários e provisão de limites orçamentários e os quadros de distribuição de metas e créditos orçamentários, dando origem ao documento intitulado Plano de Ação 2013 – 1ª versão.

Em agosto/2013, em função do cancelamento dos créditos extraordinários de 2013, o Plano de Ação 2013 foi revisto, originando a 2ª versão.

Em 12/11/2013, através da Portaria/INCRA/Nº645, em consequência do Decreto nº 8.062/2013, que estabeleceu os limites de movimentação e empenho do orçamento/2013 e da Portaria MPOG nº 268/2013, que limitou as despesas com a contratação de bens e serviço e com a concessão de diárias e passagens, houve nova revisão do Plano de Ação 2013, sendo definida a versão final de nº3.

Para assegurar o alcance das metas estabelecidas foi formalizada em agosto/2013 uma Agenda de Gestão entre a Presidência do INCRA e a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, tendo como objeto:

- As ações e atividades planejadas para o período 2013 e 2014;
- As metas propostas e pactuadas para 2013;
- Os recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas;
- As metas intermediárias de avaliação institucional da Superintendência.

O quadro do anexo I demonstra o balanço das ações da UJ com base na Agenda de Gestão 2013.

### 3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

#### 3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

##### 3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária*

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Meta física (Valores)</b>	<b>Execução física</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Valores pagos</b>	<b>Restos a Pagar</b>
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	977	1.731	37.501,71	37.268,21	36.500,41	36.500,41	767,80
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	6	0	8.170,50	7.702,67	7.490,56	7.490,56	212,11
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	2.309.535	1.958.282	10.800,00	6.643,06	5.543,06	5.543,06	1.100,00



### **3.1.2 Cartografia**

A malha fundiária na jurisdição da Superintendência do Estado do Amazonas, no que se refere à base cartográfica, está sendo atualizada constantemente, incluindo todas as áreas arrecadadas e discriminadas de glebas públicas federais e estaduais; projetos de assentamentos tradicionais, com a inclusão do shape-file do perímetro e de cada parcela, e os projetos de assentamento diferenciados; títulos definitivos expedidos pelo INCRA e pelo Governo do Estado do Amazonas; áreas georreferenciadas de domínio particular e glebas públicas, tanto estadual como federal; áreas certificadas; áreas em processo de doação; áreas ambientais, áreas indígenas (FUNAI), etc.

Quanto às áreas destinadas a projetos de assentamento, estamos realizando o desmembramento para atualização do registro cartorial. Quanto aos processos de Certificação de Imóveis rurais foram formalizados 61(sessenta e um) processos; dos quais somente 33 (trinta e três) foram certificados; 6(seis) processos arquivados; 14(quatorze) processos com notificação aos proprietários; 07 (sete) com pendência cadastral e somente 01(um) processo foi indeferido.

Quanto aos processos de comunicação aos cartórios referentes aos desmembramentos realizados após o georreferenciamento das glebas públicas federais e conseqüentemente levar a registro 73 (setenta e três) projetos de assentamentos georreferenciados e certificados nos municípios de sua localização, somente aproximadamente 15% deste total foram atualizados; face a ausência de recursos. Necessário um montante de R\$ 72.000,00 incluindo diárias e passagens.

### **3.1.3 Territórios Quilombolas**

A Superintendência Regional do INCRA no Amazonas possui apenas o processo de reconhecimento do Quilombo do Tambor, localizado no Parque Nacional do Jaú (PNJ), no município de Novo Airão/AM.

A comunidade tem 17 famílias com reconhecimento e Certificação da Fundação Cultura Palmares (FCP).

A área do território pleiteada foi delimitada em 719.880,6773 hectares no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, publicado no Diário Oficial da União em 16/01/2009 e Diário Oficial do Estado em 04/03/2009.

Em razão da área pleiteada incidir sobre a Unidade de Conservação de Proteção Integral – Parque Nacional do JAÚ, o processo se encontra na Câmara de Conciliação da Administração Federal – CCAF-CGU-AGU, em função de tal fato não houve execução de ações na referida área.

A Superintendência está aguardando o resultado das negociações na CCAF, para programar ações em 2014 decorrentes dessa decisão.

No final do exercício de 2013, a Fundação Cultural Palmares, certificou as comunidades denominadas Santa Tereza do Matupiri, Trindade, Boa Fé, São Pedro e Itaquara, localizadas no município de Barreirinha.

As atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas, nessas comunidades estão com o início programados para o exercício de 2014.

### **3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor**

Os sistemas que dão suporte aos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, são os seguintes:

- Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Processos Administrativos – SISPROT (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Tramitação de Documentos – SISDOC (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Banco de Dados da Cartografia (Programa Geomedia).

O SNCR, possui um gestor na Superintendência, que executa o credenciamento de senhas de cada usuário, atribuindo o perfil de acordo com a função do servidor.

A operacionalização (entrada de dados, consultas) nos sistemas SNCR, SISPROT e SISDOC, ocorrem de maneira manual, através da inclusão de formulários de cadastro de imóveis rurais (sistema SNCR), ou pela tramitação de processos administrativos individuais para as áreas envolvidas com as atividades.

### 3.1.5 Indicadores

*Quadro 3 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	<b>22,26%</b>
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	<b>59,00%</b>
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	

### **3.1.6 Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste**

As ações de regularização fundiárias através da Ação 210U – Gestão de Terras Públicas em terras não abrangidas pelo Programa Terra Legal e localizadas em áreas de fronteira internacional, se deram da seguinte forma:

a) Arrecadação Sumária prevista na Lei nº 6.383/1976, através do Processo Administrativo nº 54270.000852/2011-15, do Imóvel denominado LUA NOVA/REDENÇÃO, com área de 3.757,1418 hectares, localizado no município de Boca do Acre/AM.

b) Participação no diagnóstico destinados a áreas a serem concedidas ao ICMBio através de Concessão de Direito Real de Uso a ser emitido pelo Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, referentes a Resex Ituxi, com área de 776.940,00 hectares, localizada no município de Lábrea, que envolve as Glebas Alto Pamari, Capitari e Curuquetê, de domínio da União; e Resex do Médio Purus, com área de 604.209,25 hectares, localizada no município de Lábrea, que envolve as Glebas Cachoeira e Macuriam de domínio da União.

### 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

#### 3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 4 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	30.500,0000	9.734,3544	139.383,46	135.582,30	132.889,86	132.889,86	2.692,44
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	1.040	1.126	94.871,91	93.777,82	88.901,29	88.901,29	4.876,53
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	76,11	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	158	6	1.556.025,78	1.360.363,76	25.857,85	24.571,32	1.334.778,91
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	4	4	5.000,00	5.000,00	0	0	5.000,00

**Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar\***

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Execução física** (RAP)</b>	<b>RAP Inscritos</b>	<b>RAP Cancelados</b>	<b>Rap Pagos</b>	<b>Rap a Pagar</b>
211 <sup>a</sup>	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	743.707,50	0	0	0
211 <sup>a</sup>	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	3.652,75	0	0	3.652,75

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### 3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Na ação 211A, PO07, referente à Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais foram realizadas vistorias para Levantamento de Dados e Informações em 2 (dois) imóveis, totalizando 9.734,3544 ha, objetivando subsidiar processo de obtenção por Arrecadação dessas áreas, conforme Quadro 7.

**Quadro 6 - Áreas vistoriadas na Ação 211A em 2013 – Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais**

Nº Processo	Imóvel/Gleba	Localização (Município)	Área (ha)	Objetivo
54270.001126/2013-73	Ilha do Periquito	Fonte Boa	6.391,7787	Arrecadação
54270.001127/2013-18	Ilhas do Tupé	Fonte Boa	3.342,5757	Arrecadação
<b>TOTAL</b>			<b>9.734,3544</b>	

Na mesma ação também foram vistoriados mais 2 (dois) imóveis, conforme Tabela 2, totalizando 3.263,9224 ha. Entretanto, tiveram o objetivo de atender o MEMO/PFE/INCRA/AM/Nº85/2013, do processo nº 41380.001048/88-55, da Procuradoria Federal Especializada - PFE, que determina vistoria “*in loco*” por equipe técnica da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, para verificar a situação de ocupação atual da área transferida à Prefeitura Municipal de Carauari-AM, pela Empresa Aplub Agro florestal Amazônia S/A., relativamente aos imóveis rurais denominados “Gavião e Cobiçado” situados naquele município.

A demanda da PFE surgiu da necessidade de emitir TDA's complementares à indenização da terra nua, decorrente de condenação em ação de desapropriação dos supracitados imóveis. Portanto, segundo seus objetivos, essas áreas foram enquadradas no Módulo de Monitoria e Avaliação - SIR como “Outras Vistorias”, que não são contabilizadas para o cálculo do cumprimento de meta para esta ação.

**Quadro 7 - Áreas vistoriadas na Ação 8387 em 2013 (Outras Vistorias) – Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais.**

Nº Processo	Imóvel/Gleba	Localização (Município)	Área (ha)	Objetivo
41380001048/88-55	Cobiçado	Carauari	2.884,8491	Identificação de área
41380001048/88-56	Gavião	Carauari	379,0733	Identificação de área
<b>TOTAL</b>			<b>3.263,9224</b>	

### 3.2.3 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

A superintendência do INCRA no Amazonas trabalha principalmente em projetos especiais (PAE, PDS, PAF) no qual as famílias que são inscritas no PNRA já estão morando nos projetos, por isso não existe este passivo.

### 3.2.4 Principais atividades de controle do Gestor

Existem os gestores por módulos no SIPRA que são os responsáveis pela inclusão das informações nos respectivos módulos. As informações inseridas no Sistema estão de acordo com as informações do processo administrativo vinculado

### 3.2.5 Indicadores

*Quadro 8 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	<b>4,00%</b>
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	<b>0,94%</b>



### 3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

#### 3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

*Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	1.230	1.230 <sup>(1)</sup>	129.948,53	128.855,95	94.937,49	83.837,49	45.018,46
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	6.000,00	5.994,46	5.994,46	5.994,46	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	248 <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	1.237	<sup>(3)</sup>	5.573.934,80	5.573.036,04	90.120,11	76.177,95	5.496.858,09
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	100	-	20.000,00	10.020,45	10.020,45	10.020,45	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	1.223	234.980,00	209.058,30	184.603,37	141.697,62	67.360,68
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	1.700	2.569	100.000,00	98.873,09	95.710,73	90.745,45	8.127,64
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	155	<sup>(4)</sup>	61.430,52	60.307,65	57.615,21	57.615,21	2.692,44
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	2.000	2.049	119.000,00	118.015,04	104.989,68	94.209,86	23.805,18
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	<sup>(5)</sup>	5.554,60	5.027,86	5.027,86	5.027,86	-

(1) Ação continuada iniciada em 2013. Valores relativos ao acompanhamento/fiscalização do convênio encerrado e do atual.

(2) Os 248 Créditos Instalação na modalidade "Apoio Inicial" foram pagos com valores depositados em contas de Associações de Agricultores (antes do recolhimento objeto da Portaria Nº 352, de 18/

(3) Meta de 2013 não executada. Recursos referem-se a despesas com Suporte Finalístico (diárias, passagens e consumo).

(4) Meta de 2013 não executada. Valores referem-se a despesas com acompanhamento/fiscalização de obras iniciadas em 2012 e finalizada/recebidas em 2013.

(5) Valores referem-se a despesas com participação de 02 servidores em Oficina de Capacitação (diárias e passagens) realizada em Belo Horizonte em abril de 2013.

**Quadro 10 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar\*.**

<b>Ação</b>	<b>Plano Orçamentário</b>	<b>Meta Física (Produto/Unidade)</b>	<b>Execução física** (RAP)</b>	<b>RAP Inscritos</b>	<b>RAP Cancelados</b>	<b>Rap Pagos</b>	<b>Rap a Pagar</b>
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	1.230 <sup>(6)</sup>	1.946.842,80	-	222.220,81	1.724.621,99
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	141.516.6000,00	58.179.600,00	-	83.337.000,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	02 <sup>(7)</sup>	14.209.999,92	-	5.209.999,92	9.000.000,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	625 <sup>(8)</sup>	915.799,00	-	264.394,00	651.405,00

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

(6) Para garantir o cumprimento objeto da Chamada Pública foi empenhado em 2012 o valor de **R\$ 1.946.842,80 – 2012NE8000167**, hoje inscritos em RAP. Daí o pagamento com valores inscritos em RAP, mesmo a ação tendo seu início em 2013.

(7) Valores relativos ao pagamento de 02 patrulhas mecanizadas objeto de Pregão Eletrônico realizado em 2012, com entrega do equipamento em 2013.

(8) Valores pagos por serviços licitados e contratados em 2012 e finalizadas/entregues em 2013.

### **3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura**

#### **➤ Previsões de atividades para o exercício de 2014**

##### **a) Licitações**

Além das obras já licitadas no exercício de 2013, que serão iniciadas em 2014, atendendo 780 famílias, serão realizadas outras licitações para abertura de ramais já previstos em projetos de assentamentos no entorno de Manaus, beneficiando aproximadamente 1.200 famílias. As ações objetivando a realização desta licitação foram iniciadas ainda no período de 2013, com elaboração de projetos básicos e se estenderão até o primeiro semestre de 2014.

##### **b) Convênios**

As obras do convênio INCRA/SEPROR – 2009, previsto para serem entregues neste ano beneficiarão 1048 famílias. As ações de fiscalização estão sendo intensificadas para garantir a entrega das referidas obras.

##### **c) Patrulhas Mecanizadas**

As obras de recuperação de vicinais realizadas por patrulha mecanizada através de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o INCRA e prefeituras para atendimento de assentamentos do INCRA, deverão atender diretamente 3,400 famílias. Neste sentido e visando garantir o sucesso desta ação, serão intensificadas as fiscalizações dos referidos serviços.

##### **d) Energia**

Com representação no comitê do Programa Luz Para Todos, o INCRA por meio do setor de engenharia, faz gestão massiva para o atendimento prioritário aos assentamentos em suas demandas de energia, com fornecimento de informações e viabilizando as ações do referido programa.

##### **e) Água**

Da mesma forma, atuamos junto aos gestores do programa Água para Todos, para o atendimento das demandas de água nos assentamentos do INCRA em caráter prioritário, com fornecimento de informações e viabilizando as ações do referido programa.

### **3.3.3 Demonstração dos resultados das ações**

A Divisão de Desenvolvimento – SR(15)D, tem sob sua responsabilidade a coordenação, supervisão e execução de ações inseridas em 2 (dois) Programas relativos à reforma agrária, cujos objetivos e metas se destinam ao atendimento dos Assentamentos, quais sejam: 2012 - Agricultura Familiar e 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, conforme consta nos quadros 8 e 9 do presente RG.

Além destes Programas e Ações, a Divisão tem ainda sob sua responsabilidade a execução conjunta com o MDA (DFDA), do **Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR**, que no exercício de 2013 por meio de Mutirões de Cidadania, emitiu 5.399 documentos básicos (RG, CN, CPF) e outros, visando efetivação de cidadania, autonomia e acesso às políticas públicas.

Estas ações são voltadas ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento objetivando a promoção do seu desenvolvimento social, econômico e ambiental, relevando-se o viés da

sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos clientes da reforma agrária - agricultores e agricultoras que aí vivem e de onde tiram o seu sustento e de suas famílias, levando-os por consequência a permanecerem no campo.

As ações de Desenvolvimento são executadas de forma direta, por meio de licitações públicas, convênios e acordos de cooperação técnica celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal, e ainda com instituições privadas sem fins lucrativos.

Em 2013, para a execução das nossas ações contamos com o reforço da contratação de novos servidores, não o suficiente, mas fez a diferença nos números realizados de algumas dessas ações, como por exemplo, as supervisões ocupacionais em lotes da RA (foram 2.569 vistorias contra 556 de 2012). A insuficiência de recursos financeiros, extensão do estado do Amazonas e sua realidade, e as grandes distâncias até os assentamentos (utilização de até três meios de transporte para se chegar a um mesmo destino/assentamento), são os condicionantes principais do não atendimento satisfatório às demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária.

Para contornar os entraves e num esforço para se atingir metas e objetivos propostos, adotamos ou mantivemos estratégias alternativas iniciadas em exercícios anteriores, tais como: o Termo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, órgão do Governo do Estado, para, na medida em que reconhecemos as vistorias realizadas e informações disponibilizadas por seus técnicos, seja agilizada a emissão de DAP aos assentados; a aquisição de patrulhas mecanizadas e o repasse destas às Prefeituras Municipais, o que possibilita, além de estreitar parcerias com as Prefeituras, uma constante ação de recuperação das estradas vicinais nos assentamentos – em 2013 foram repassados os equipamentos licitados em 2012; e o Planejamento participativo e interativo com a colaboração de todos os servidores da Divisão, de formas a juntos, elegermos prioridades e aglutinarmos ações e recursos humanos, pretendendo-se trabalhar satisfatoriamente com os recursos e pessoal disponíveis.

A seguir faremos um breve relato das ações programadas e executadas em 2013, reportando-nos aos dados/números constantes dos quadros 8 e 9 deste RG.

#### **a) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária - ATES**

A equipe de ATES estabeleceu, preliminarmente, o atendimento a **1.230** famílias de projetos de assentamento do município de Parintins. Assim sendo, lançou uma chamada pública em 2012. Este certame teve seu prazo prorrogado visto que, no primeiro lançamento, resultou deserta. Com todos os percalços, a assinatura do contrato foi efetivada somente em abril de 2013, com vigência de 12 meses.

Para o cumprimento desta despesa, foi realizado, no ano de 2012, um empenho no valor de R\$ 1.946.842,80 – 2012NE8000167, hoje inscritos em Restos A Pagar.

Até a presente data, foram repassados à entidade R\$ 222.220,81 (duzentos e vinte e dois mil duzentos e vinte reais e oitenta e um centavos), referentes a pagamentos de atividades executadas, com relatórios devidamente analisados e aprovados pela equipe de ATES. Essas atividades foram preestabelecidas na Chamada Pública por meio de 12 metas específicas a serem executadas durante a vigência do contrato.

No ano de 2013 estava previsto, ainda, o lançamento e contratação de outra Chamada Pública com o intuito de atender 4.975 famílias pertencentes a Projetos de Assentamento Especiais (Chamada Pública Extrativista). Esta chamada pública previa beneficiar 21 projetos de assentamento de 9 (nove) municípios do estado do Amazonas, com valor total de R\$ 13.619.367,48, e teve seu lançamento publicado em setembro de 2013. Como resultado, apenas uma entidade

apresentou proposta, mas foi considerada inabilitada por não ter encaminhado os documentos de habilitação para participação do certame.

Com todo o exposto, consideramos que a meta física estabelecida para o Programa de ATES na SR(15)/AM para o exercício de 2013– atendimento a 6.205 famílias-, no que está ao alcance desta autarquia, foi cumprido, visto que houve a contratação de serviços de assistência técnica para 1.230 famílias e, ainda, a elaboração e o lançamento de chamada pública para contratação desses serviços para mais 4.975 famílias, ainda que esta tenha sido frustrada, uma vez que não houve entidades interessadas em participar. Neste cenário, caso a chamada pública lançada tivesse sido efetivada por meio da contratação dos serviços, os *indicadores* que tratam dos índices de provimento de Assistência Técnica teriam sido mais expressivos.

Quanto à provisão recebida da ordem de R\$ 129.948,53 (cento e vinte e nove mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos), cujos valores efetivamente pagos resultaram em R\$ 83.837,47 (oitenta e três mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos) informamos que este valor foi destinado para o acobertamento de despesas, conforme a seguir:

- R\$ 51.110,71 (cinquenta e um mil cento e dez reais e setenta e um centavos) referentes a cumprimento de obrigações tributárias e contribuições da Chamada Pública de ATES nº01/2012, firmada por meio do contrato nº CRT/AM/0004000-13, no exercício de 2013, entre o INCRA e a Cooperativa COOTEMPA. Deste valor total, foram utilizados R\$ 29.332,44 (vinte e nove mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para pagamento de despesas com contribuição patronal; e

- R\$ 78.837,82 (setenta e oito mil oitocentos e trinta e sete reais e oitenta dois centavos), destinados a despesas com gerenciamento de frotas; diárias e passagens, serviço de terceiro pessoa jurídica. Deste valor foram efetivamente utilizados/pagos R\$ 54.505,05 (cinquenta e quatro mil quinhentos e cinco reais e cinco centavos) para realização de ações de fiscalização do último convênio firmado entre o INCRA e o IDAM, bem como dos serviços do contrato vigente da Chamada Pública de ATES.

#### **b) Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Os valores recebidos e despesas realizadas constantes nesta ação são relativas ao custeio de diárias e passagens de servidores referentes a suporte finalístico.

#### **c) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

No exercício de 2013, a Superintendência não recebeu recurso orçamentário para concessão de crédito instalação.

O Crédito Instalação concedido nas modalidades apoio inicial, aquisição de materiais de construção e recuperação executados no exercício de 2013, com recursos financeiros depositados em contas correntes das associações e comissões de exercícios anteriores. Estas informações estão contidas no quadro nº 08 da Execução Física das ações realizadas pela UJ, na planilha de monitoramento em execução no exercício de 2013.

Registre-se que a partir do exercício de 2013, o crédito instalação na modalidade aquisição material de construção e recuperação, foi repassado para o Ministério das Cidades, conforme Portaria Interministerial 078/2013 de 08.02.2013, através dos agentes financeiros

habilitados no âmbito do PNHR, que são a Caixa Econômica e Banco do Brasil S/A. Assim, as famílias beneficiárias da reforma agrária passam a integrar o PNHR.

Na operacionalização da ação de crédito instalação, servidores deslocam-se para até as áreas de Assentamentos com o intuito de orientar, supervisionar e fiscalizar o a aplicação do crédito instalação nas modalidades Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção e Recuperação.

Em 18.06.2013, a Presidência do INCRA determinou a suspensão das operações de concessão do Crédito Instalação e o recolhimento imediato dos recursos financeiros, depositados em contas bancárias em nome de Associações de Agricultores e Comissões Responsáveis pela aplicação dos créditos, conforme Portaria nº 352, de 18.06.2013. Tal medida foi adotada para alteração dos procedimentos de concessão do crédito instalação.

As dificuldades encontradas para execução das atividades de crédito são as comuns às demais ações já citadas anteriormente.

#### **d) Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

Os recursos recebidos e aplicados nesta ação são destinados ao pagamento com diárias, passagens e despesas com locomoção e material de consumo nas atividades de supervisão, fiscalização e acompanhamento às famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, na reforma ou na ampliação da habitação, nos projetos de assentamentos rurais.

Em 2013 foram supervisionados/fiscalizados 1.223 créditos aplicados, contabilizando-se crédito nas modalidades Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção e Recuperação de habitações rurais, sendo efetivamente atendidos 25 Assentamentos.

#### **e) Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos**

##### **a. Cumprimento das metas físicas**

As metas programadas para execução direta visando o atendimento de 1.237 famílias com construção/recuperação de estradas não foram cumpridas. Portanto não constam no sistema SIR/Monitoramento, uma vez que não implica em repasse de recursos, e este sistema não comporta este tipo de informação. No entanto por meio dos serviços prestados via Patrulhas Mecanizadas (equipamentos adquiridos e cedidos pelo INCRA às Prefeituras de Apuí, Lábrea e Parintins por meio de Termo de Cooperação Técnica), foram recuperados 354,7 KM de vicinais, atendendo 2.564 famílias, conforme demonstrativo no quadro 12 abaixo:

*Quadro 11 – Cumprimento das metas de infraestrutura*

<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Km</b>	<b>Famílias Atendidas</b>
PA Rio Juma	Apuí	197,50	1.381
PA Monte	Lábrea/Boca do Acre	112,00	448
PA Vila Amazônia	Parintins	45,00	735
<b>Total</b>		<b>354,5</b>	<b>2.564</b>

### ➤ **Licitações**

Foram licitadas as obras de recuperação de vicinais em Beruri, PA Caviana com 26 km com drenagem e pavimentação, 151 famílias atendidas; Canutama, PA São Francisco com 26 km com drenagem, 266 famílias atendidas e recuperação e Nova Olinda do Norte, PA Paquequer com 26 km de drenagem e pavimentação, 363 famílias atendidas, totalizando 780 famílias atendidas. Porém, as obras, embora licitadas em 2013, não foram iniciadas devido ao período chuvoso.

### ➤ **Programa Luz para Todos**

As demandas de energia elétrica dos Assentamentos do INCRA no Estado do Amazonas, são atendidos através do Programa Luz para Todos. O INCRA como participante do Comitê Gestor Estadual, intermédia junto ao Programa as demandas de energia elétrica dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, buscando alinhar um planejamento voltados a atender principalmente os assentados que atendem as condições para acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, tinha como meta de atendimento com instalação de rede em 3.434 km e 28.810 UC's (Unidades de Consumo) atendidas, porém de acordo com o relatório do programa apenas 7.522 ligações domiciliares, sendo que os assentamentos do INCRA como prioritários para o programa recebeu parcela significativa destes atendimentos.

### ➤ **Programa Água para Todos**

Este Programa é realizado pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado e Meio Ambiente, com recursos do Governo Federal (90%) e do próprio governo estadual (10%).

A execução do programa no período de 2013 teve como público alvo prioritário os assentados do INCRA, totalizando cerca de 80% das famílias atendidas com sistemas de captação de água de chuva fornecidas pelo referido programa.

### ➤ **Ações que apresentaram problemas de execução**

As ações programadas para implantação de infraestrutura como recuperação e abertura de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento foram feitas através de convênio firmado com a Secretaria de Estado de Produção Rural do Estado do Amazonas – SEPROR/AM de nº 54270.006803/2009-63 e apresentou dificuldades na execução das obras.

### ➤ **Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização**

O Programa Terra Sol se destina ao incremento da renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais, bem como a supervisionar e acompanhar sua execução.

Estas atividades são custeadas com recursos de suporte finalístico (diárias e serviço de terceiro pessoa jurídica).

Em 2013 as ações do Programa se realizaram por meio de atividades de visitas técnicas, levantamento de demandas, estudos de viabilidades de implantação de projetos, orientações para elaboração dos projetos, conforme detalhadas abaixo:

- Visita técnica (01 Engenheiro Civil e 01 Orientador de Projetos) às comunidades São Paulo e Santa Rita da Valéria do PA Vila Amazônia em Parintins, para estudos da viabilidade de implantação de Projeto de exploração de Turismo de Base Comunitária, sendo apresentado e aprovado o Projeto Arquitetônico do Receptivo Turístico e levantado outras necessidades como uma plataforma móvel de embarque e desembarque na Comunidade São Paulo, Um poço artesiano profundo, armazenamento e distribuição de água na comunidade Santa Rita, forno de queima de cerâmica, oficina de artesanatos e saneamento básico (ambas as comunidades) – Famílias a serem atendidas: aproximadamente 100 famílias: 70 na Comunidade Santa Rita e 30 na Comunidade São Paulo.

- Realização de 04 viagens aos municípios de Rio Preto da Eva, zona rural de Manaus e Presidente Figueiredo para seleção de famílias para implantação de 56 Projetos Demonstrativos de Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável – PAIS (Recursos do SEBRAE/AM e Fundação Banco do Brasil) e acompanhamento da implantação das Unidades Demonstrativas, sendo beneficiadas 05 famílias no PDS Rainha, 07 Famílias no PA Água Branca, 09 Famílias no PA Tarumã Mirim, 05 Famílias no PA Uatumã e 06 Famílias no PA Canoas.

- Realização de visita técnica (01 servidor do setor de Engenharia e 01 do Programa Terra Sol) ao PA Sampaio atendendo demanda da Comunidade da Associação dos Agricultores e Agricultoras Vila Real do Ramal AZ3, com a finalidade de elaboração de Projeto de Agroindústria – Casa de Farinha Mecanizada – sendo feito o levantamento das necessidades em reunião com os beneficiários e elaborado o Projeto Arquitetônico – Famílias atendidas -64 famílias.

- Participação em 04 (quatro) reuniões no PA Tarumã Mirim, visando a implantação de Turismo Rural de Base Familiar, ficando as Comunidades e o Conselho responsáveis pela apresentação da demanda qualificada e os Projetos Técnicos.

- Levantamento de demandas junto com a equipe de ATES e de Engenharia, elaboração e encaminhamento à Sede, de Projeto Técnico da Feira de Produtos da Agricultura Familiar a ser implantada na sede da SR-15.

- Outras atividades foram programadas e não cumpridas por falta de descentralização de recursos para aquisição de passagens aéreas, todavia a meta de atendimento de 100 famílias foi cumprida (com atividades que antecedem à implantação dos projetos) até extrapolada com o atendimento de aproximadamente 100 famílias no PA Vila Amazônia, 32 famílias no PDS Rainha, PA Água Branca, PA Tarumã Mirim, PA Uatumã e PA Canoas com Projetos Demonstrativos PAIS e 64 famílias no PA Sampaio com a elaboração de Projeto Arquitetônico de Casa de Farinha Mecanizada a ser encaminhado para captação de recursos e implantação.

### ➤ **Supervisão de Projetos de Assentamento**

A ação de Vistoria/Supervisão de Lote/Parcela – Situação Ocupacional está articulada as outras iniciativas de desenvolvimento. Em síntese, vistoriamos os assentamentos com demanda para Titulação, que estejam georreferenciados, com créditos a pagar, entre outras situações, promovendo a integração das iniciativas.

A meta foi atingida com superação, isto é, programamos 1.700 e executamos 2.569 vistorias em 32 Assentamentos.



Considerar ainda texto constante do item 3.3.3

### ➤ **Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos**

As metas projetadas para o exercício de 2013, não foram alcançadas por falta de recursos financeiros.

Os recursos disponibilizados no exercício custearam despesas de suporte finalístico, com pagamento de diárias, passagens e material de consumo, para atividades de acompanhamento/fiscalização e recebimento dos serviços iniciados pelas empresas em 2012 e concluídos em 2013. As obras concluídas e entregues foram custeadas com recursos inscritos em Restos a Pagar.

Conforme Pregão Eletrônico nº 001/2012 realizado em 26/04/2012, foram licitados dez (10) Projetos, distribuídos em 09 (nove) municípios distintos, visando o atendimento de 3.217 (três mil duzentos e dezessete) famílias. Os serviços foram iniciados em 2012, conforme publicação no Diário Oficial em 09/11/2012 e conclusão em 09/03/2013.

No decorrer do exercício apenas 03 (três) projetos tiveram suas obras concluídas e entregues, beneficiando um total de 625 famílias em 03 (três) Assentamentos; 03 (três) projetos foram executados em 50% dos trabalhos; e 04 (quatro) projetos não foram concluídos no exercício.

Acreditamos que devemos analisar com atenção, o modelo do **Pregão Eletrônico**, pois em nossa região a logística é bem diferente, as Empresas de fora da região colocam um preço bem baixo, ganham a obra e não concluem o trabalho, pois os preços de logística no AM são bem elevados. A nossa região é diferenciada, e assim deve ser olhada e considerada pelos gestores públicos.

Há necessidade de se observar as condições climáticas de nossa região, a cheia e seca dos rios. Os trabalhos precisam ser iniciados no mínimo em junho de cada exercício, para que possamos concluir os trabalhos até o mês de Dezembro no período de verão, pois as fortes chuvas do inverno também prejudicam bastante a execução dos serviços.

### ➤ **Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais**

No exercício de 2013, apesar de se ter programado a emissão de 2000 documentos, foram efetivamente emitidos 2.049 Instrumentos de Titulação, entre CCU – Contrato de Concessão de Uso (162); CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (1.848) e TD - Título Definitivo (39), contemplando-se com esta Ação 50 Assentamentos localizados em 22 municípios do Estado. Portanto as metas foram devidamente cumpridas e superadas resultando num percentual de 103%. A superação das metas de forma significativa decorreu da análise e instrução dos processos demandados no decorrer do exercício; bem como da realização expressiva de vistorias (supervisão ocupacional – 2.529), por meio de demandas rotineiras e do levantamento ocupacional em projetos de assentamento para fins de regularização das ocupações em cumprimento à Instrução Normativa 071/2012.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento tem construído estratégias e definido prioridades para a realização de suas ações, o que resulta em maior impacto das atividades para as famílias assentadas, melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros e efeitos mais duradouros.

Nesse sentido, a ação de Vistoria/Supervisão de Lote/Parcela – Situação Ocupacional está articulada as outras iniciativas de desenvolvimento. Em síntese, vistoriamos os assentamentos com demanda para Titulação, que estejam georreferenciados, com créditos a pagar, entre outras situações, promovendo a integração das iniciativas.

O ano de 2012 foi permeado por dificuldades, dos quais destacamos o reduzido quadro de servidores da Divisão de Desenvolvimento, os recursos financeiros incipientes e a greve dos servidores da Autarquia. O resultado desta combinação foi o número, comparando ao exercício de 2013, reduzido de Vistorias/Supervisão de Lotes/Parcelas – Situação Ocupacional. De forma contrária, em 2013, conseguimos trabalhar todo o ano sem interrupções, novos servidores ingressaram na Autarquia e mesmo que os recursos descentralizados pela sede não tenham se dado na medida e no tempo requerido, houve condições que nos permitiram avançar nas ações de vistoria e supervisão das parcelas.

Afora os títulos emitidos, a identificação de beneficiários para recebimento de créditos instalação do INCRA, regularização de famílias nos assentamentos, emissão de DAP e Certidões, temos conseguido com as vistorias e supervisão das parcelas monitorar e enfrentar irregularidades ambientais e na ocupação dos lotes.

#### **➤ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**

Das 3 (três) ações do PRONERA, constam recursos e despesas apenas na ação de EJA - Educação de Jovens e Adultos no Campo. Estes recursos são relativos ao custeio de diárias e passagens de 02 (dois) servidores da Coordenação do programa que participaram de uma oficina de capacitação realizada em abril/maio de 2013 em Belo Horizonte/MG.

Ainda nesta ação, na modalidade “Capacitação e Formação Profissional de Níveis Médio e Superior” foram feitas articulações junto à UFAM – Universidade Federal do Amazonas, resultando na elaboração e apresentação de um Projeto Educacional visando a formação de Professores, que foi enviada à Comissão Pedagógica Nacional em Brasília para análise e parecer. No caso de aprovação serão contemplados 150 alunos/agricultores de 87 Assentamentos distribuídos em 16 municípios do estado do AM.

#### **3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento**

As estratégias voltadas para a consolidação de assentamentos são aquelas realizadas periodicamente por meio das ações de supervisão/vistoria ocupacional, serviço de titulação e aplicação dos créditos instalação.

As ações de dotação dos assentamentos com infraestrutura básica são executadas de forma mais gradual, uma vez que exigem aporte de grande volume de recursos para sua implantação. No entanto, como já citamos anteriormente, o INCRA/AM vem adotando desde 2011 o sistema de aquisição de Patrulhas Mecanizadas. Esse equipamento, composto geralmente de 08 itens, é cedido às Prefeituras Municipais (onde se localizam estes assentamentos), em forma de parceria por meio de cooperação técnica, visando beneficiar de forma mais dinâmica e mais presente as famílias assentadas, trazendo economia significativa para o órgão, e aproximando mais os órgãos envolvidos com a questão agrária, minimizando os problemas de manutenção das vicinais existentes nos Projetos que tanto afetam aquelas famílias, principalmente em época chuvosa, pela interrupção de acesso à sede dos municípios, escoamento da produção e o ano letivo dos estudantes.

Em 2014, esta Divisão, agora com mais recursos humanos (técnicos contratados em 2013), pretende revitalizar (incluindo mais membros) a Comissão de Trabalho que analisa os processos de consolidação de projetos de assentamentos.

### **3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor**

O principal dispositivo de controle das atividades da Divisão de Desenvolvimento é o SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, com informações sobre créditos, infraestrutura, DAP emitidas, relação de beneficiários e suas situações (assentado, evadido, desistente) entre outras.

Utilizamos ainda os sistemas de controle de tramitação de processos (SISPROT - Sistema de Comunicação de Protocolo); do controle de tramitação de documentos (SISDOC – Sistema de Documentação) e do SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural, este mais para consultas.

### **3.3.6 Indicadores**

O quadro de indicadores está demonstrado no anexo II deste Relatório de Gestão.

### **3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste**

As ações relativas a implantação de rede de águas estão descritas na alínea “e) do item 3.3.3 deste relatório.

### **3.3.8 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal**

A Superintendência possui muitas dificuldades em cumprir as condicionantes estipuladas pela OEMA, sendo principalmente a apresentação de matrículas de imóveis em nome do Projeto de Assentamento. Como os projetos são criados em parte de grandes glebas da União que ainda não foram georreferenciadas pelo Programa Terra Legal, e também em decorrência do não georreferenciamento do Projeto. Por isso, a impossibilidade de cumprir com as condicionantes em tempo hábil, pois a licença ambiental expedida possui prazo de apenas 1 ano.

A outra condicionante se refere a apresentação de proposta de Reserva Legal do Projeto, sendo que essa proposta tem que ser discutida de forma participativa com as comunidades e com técnicos do INCRA e que exige elevados custos de deslocamento de equipe e de pessoal.

## **4. Prestação Direta de Serviços ao Público**

### **4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo**

O INCRA utiliza para controle de documentos os Sistemas Internos denominados SISDOC e o SISPROT.

O SISDOC consiste no cadastro e trâmite de documentos recebidos no INCRA; e o SISPROT consiste no cadastro e trâmite de processos recebidos no órgão. Assim, todas as vezes que um processo ou documento importante é recebido, ele é cadastrado no SISDOC ou SISPROT e, se necessário, é transmitido a outras divisões pelo mesmo sistema. Para ter acesso ao SISDOC e SISPROT é necessário criar um login e uma senha.

Desse modo, quando um documento ou processo é procurado, é fácil saber onde ele está. Basta colocar no sistema (SISDOC ou SISPROT) o número do documento ou processo, ou mesmo outras informações a respeito do mesmo, a exemplo do nome do interessado, e logo será possível localizar onde o documento/processo encontra-se. Além disso, é possível verificar até mesmo os trâmites anteriores do processo até que ele chegue no local onde se encontra no momento.

Esses sistemas não possuem relatórios que possibilitem as extrações de dados que permitam identificar a quantidade de processos distribuídos para análise e a quantidade de processos finalizados.

No planejamento do INCRA não existe metas estabelecidas para o exercício em análise e exercício seguinte para essa atividade.

Em levantamento realizado junto ao Setor de Protocolo da Superintendência, identificou-se que no exercício de 2013 foram cadastrados no SISDOC 5.725 documentos e no SISPROT, 2.556 processos.

## **4.2 Principais atividades de controle do Gestor**

Conforme relatado no item 4.1 anterior, os sistemas utilizados são o SISDOC e o SISPROT. Esses são sistemas criados e gerenciados pelo área de Tecnologia da Informação do INCRA/Sede Brasília.

Os dois sistemas não permitem a obtenção de relatórios que possibilitem o monitoramento das fases de atendimento dos documentos decorrentes da prestação direta de serviços aos públicos.

O controle de documentos originários do TCU, CGU, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Polícia Federal, que são órgão de controle interno e de apoio as demandas dos cidadãos, são controlados diretamente pelo Gabinete da Superintendência e pelas Chefias de Divisões.

## **5. Gestão de Pessoas**

### **5.1 Distribuição de servidores**

Em dezembro de 2013, a Superintendência contava com 224 (duzentos e quatro) servidores lotados na sede e nas 09 (nove) Unidades Avançadas no interior do Estado. Deste número, 01 (uma) servidora se encontra exercendo cargo em comissão em outro órgão, 02 (duas) servidoras requisitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TER), na forma dos artigos 93, I, Lei nº 8112/1990, artigo 2º, 9º da Lei nº 6999/1982, de 07/06/1982.

### **5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR**

No período de 22 a 25/04/2013, realizou-se a Semana de Ambientação para novos servidores do INCRA e MDA, em Brasília, DF, com a participação de 17 (dezessete) servidores da SR(15)AM. A proposta da semana visou promover a ambientação dos servidores recém ingressos através do concurso do ano de 2010, nomeados em 2013, pela realização de oficinas temáticas relacionadas com as atividades desenvolvidas pelo Incra. Uma iniciativa da Sede em parceria com as Superintendências, que proporcionou resultados positivos para a organização, uma vez que

inseriu os recém nomeados no contexto organizacional e promoveu uma orientação sobre as metas e objetivos institucionais do INCRA.

Preocupado com a saúde e qualidade de vida de seus servidores, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foi a primeira autarquia federal a dar entrada no Termo de Adesão ao Convênio sob nº 001/2013, firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a GEAP Autogestão em Saúde, conforme o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004, Decreto s/n, de 7 de outubro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013, que permitiu aos servidores ingressarem no plano sem carência, até a data de 28/01/2014.

A adesão, firmada em 20 de novembro, possibilitou aos servidores ativos e inativos, bem como aos seus familiares, a contratação dos plano GEAP-CLÁSSICO, sem carência, nos termos do Convênio. Seguindo a ORIENTAÇÃO NORMATIVA MPOG/SGP Nº 14, DE 18/12/2013, DOU DE 19/12/2013, que orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) sobre os procedimentos operacionais decorrentes do Convênio firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a GEAP Autogestão em Saúde, esta Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, SR(15)AM, emvidou esforços para divulgar e orientar aos servidores sobre a opção de contratação, considerando que a contratação é opcional, a critério do servidor, como alternativa aos demais planos de saúde existentes no mercado, uma vez que a garantia de saúde é um dos princípios basilares da Constituição Federal e contribui de forma decisiva para a melhoria do ambiente de trabalho.

Também, merece destaque, a participação de servidores desta Superintendência, SR(15)AM, no 1º (Primeiro) Encontro de Educação e Preparação para aposentadoria, uma iniciativa da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, através do seu Serviço Social e do PROCOMUN, em parceria com os demais órgãos e autarquias que fazem parte do SIASS/UFAM, no período de 05 a 06 de novembro de 2013, no Campus Universitário. O evento trouxe painéis abordando aspectos psicológicos, legais e sociais sobre o tema, contando com a participação da UEA que apresentou um painel com atividades recreativas sobre a importância da manutenção de atividades físicas para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos servidores.

Seguindo a diretriz para as Políticas Públicas estabelecidas pela Política Nacional do Trabalho e Normativo nº 03, de 25 de março de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG, o Encontro buscou promover orientações e reflexões para a importância do planejamento da aposentadoria, considerando o impacto que a decisão de aposentar-se traz para o servidor e a necessidade dos órgãos e autarquias integrantes do SIASS, a saber, UFAM, SUFRAMA, ICMBio, FUNAI, IBGE, DPU, PRF, INCRA, dentre outros, a repensarem o tema, trabalhando os diversos aspectos da questão, incentivando os mais jovens a preparar-se de forma adequada e trabalhando os aspectos psicológicos e sociais com aqueles que já preenchem os requisitos.

### **5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem**

A análise dos números das ações de capacitação (Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Ação 4572), apontou que no exercício de 2013, foram oferecidos um razoável número de cursos e oportunidades de treinamento desta Superintendência. Os recursos descentralizados possibilitaram a capacitação de 160 (cento e

sessenta) servidores, completando 4,066 horas/aulas. Todas as ações de capacitação realizadas no ano de 2013, visaram desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe do Serviço de Desenvolvimento Humano no Plano Nacional de Capacitação, com ênfase em capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar o desempenho, com os objetivos e metas da autarquia, atendendo as prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins, com destaque para os cursos a seguir relacionados:

01. Semana de Ambientação para novos servidores do INCRA e MDA, de 22 a 25/04/2013, para 17 (dezessete) servidores da SR(15)AM, 476 horas/aulas, em Brasília/DF. A proposta da ambientação visou sensibilizar os servidores recém – ingressos referente ao concurso ano 2010, nomeados em 2013, em relação à importância das atividades desenvolvidas pelo Incra, para o alcance de seus objetivos e os desafios do serviço público. Nesse sentido, os novos servidores participaram de oficinas temáticas relacionadas com as atividades desenvolvidas pelo Incra;

- 1)Workshop de Previdência Complementar, promovido pelo MPOG/SEGEF, período de 25 a 26/06/2013, para 03 (três) servidores, 24 horas/aulas, em Manaus/AM;
- 2)Oficina de Capacitação à Lei de Acesso a Informação, de 27 a 28/06/2013, 01 servidor, 12 horas/aulas;
- 3)SICONV INCRA DAC/INCRA em Belém, período 01/07/2013 a 05/07/2013, 03 (três) servidores, 120 horas/aulas;
- 4)Curso Básico de Avaliação de Imóveis Rurais pela Norma Técnica ABNT, iniciativa da SR(15)AM, para capacitar 16 (dezesesseis) servidores, período de 19/07/2013 a 20/07/2013, 256 horas/aulas, em Manaus/AM;
- 5)Curso em Elaboração de Planilha de Preços de Referenciais, período 01/07/2013 a 05/07/2013, 21 (vinte e um) servidores, iniciativa da SR(15)AM, totalizando 798 horas/aulas;
- 6)Curso em Capacitação em Software Quatum GIS, período 04/11/2013 a 08/11/2013, 22 (vinte e dois) servidores 880 horas/aulas, em Manaus/AM;
- 7)Programa de Capacitação de Gestores Públicos Federais promovido pela CGU, período de 02/12/2013 a 05/12/2013, 09 (nove) servidores, 288 horas/aulas, em Manaus/AM;
- 8)Cabe destaque, outrossim, para a Oficina de Planejamento de Ações para o Programa de Prevenção, Combate, e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos na Amazônia Legal, PPCADI, período de 21 a 25/05/2013, 29 (vinte e nove) servidores, 812 horas/aulas, em Manaus/AM;

Foram realizadas ainda, capacitações para habilitação de servidores para operar os sistemas ATER/SIATER; SIGEF, além do SIAFI. O Curso Básico de Avaliação de Imóveis Rurais e QUANTUM GIS vieram atender a demandas das Divisões que desde de o exercício anterior, vinham pleiteando a capacitação.

Na natureza de despesas diárias e passagens (natureza de despesa 339014/339033) foram destinadas o valor de R\$ 65.468,4 para capacitação de servidores públicos federais, a titulo de provisão recebida, desse valor, R\$ 62.351,06 foi empenhado e liquidado efetivamente R\$ 59.943,00. Na natureza de despesas 339039 (outros serviços) foram destinados R\$ 9.400, 00 a titulo de inscrições em cursos, valor efetivamente empenhado e liquidado. Cabe ressaltar que conforme o Plano de Ação 2013, que consta do Plano Orçamentário, PO 01, Capacitação de Servidores Públicos Federais e Processo de Qualificação e Requalificação, a meta da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, SR(15)AM era de qualificar 66 (sessenta e seis) servidores do total de servidores efetivos do seu quadro, tendo sido qualificados 160 (cento e sessenta) servidores, completando 4066 horas/aulas.

Todavia, o corte orçamentário e em consequência, a demora na liberação dos recursos destinados a ação de capacitação e requalificação de servidores, foram obstáculos que certamente prejudicaram a execução dos serviços e o pleno atendimento a todas as demandas e necessidades das Divisões, que certamente serão objeto de trabalho no presente exercício.

## 5.4 Recursos humanos da unidade

### 5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

*Quadro 12 - Composição do quadro de servidores ativos.*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>222</b>	<b>222</b>	<b>44</b>	<b>21</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	222	222	44	21
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	221	221	44	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	<b>44</b>	<b>21</b>

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

### 5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

*Quadro 13 - Composição do quadro de servidores inativos.*

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>91</b>	<b>9</b>
1.1 Voluntária	80	9
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>26</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	24	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>117</b>	<b>9</b>

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

*Quadro 14 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.*

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>37</b>	<b>3</b>
1.1. Integral	26	1

1.2. Proporcional	11	2
<b>2. Em Atividade</b>	<b>21</b>	<b>2</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>58</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e Extrator de Dados

### 5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

*Quadro 15 - Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	R\$37.746,10
1.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$3.773,39
1.2 Área Meio	6	6	5	5	R\$33.972,71
<b>2. Nível Médio</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	R\$58.938,36
2.1 Área Fim	14	10	10	10	R\$41.589,82
2.2 Área Meio	5	4	4	4	17.348,54
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	R\$96.684,46

Fonte: Siape e Extrator de Dados



#### 5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

*Quadro 16 - Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.*

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não	<b>R\$11.940.073,90</b>	<b>R\$365.039,10</b>	<b>R\$1.019.594,90</b>	<b>R\$444.416,85</b>	<b>R\$1.838.480,15</b>	<b>R\$813.015,00</b>	<b>R\$3.780,05</b>	<b>R\$40.630,34</b>	<b>R\$14.283,24</b>	<b>R\$16.479.313,53</b>
Servidores com	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de	0	<b>R\$58.727,52</b>	<b>R\$1.267,64</b>	<b>0</b>	<b>R\$3.014,57</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>R\$63.009,73</b>
Servidores	0	<b>R\$10.150,93</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>	<b>R\$10.150,93</b>

Fonte: Siape e Extrator de Dados

### 5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

*Quadro 17 - Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.*

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA													
UG/Gestão: 373025/37201					CNPJ: 00.375.972/0014-85								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	7.000/2013	03.432.371/0001-30	01/07/2013	30/06/2014		X		X			AAA
2013	V	O	24.000/2013	09.406.386/0001-00	11/11/2013	10/11/2014		X		X			AAA
Observações: SITUAÇÃO ATIVO													
<b>LEGENDA</b>					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: Contrato (Informações Divisão de Administração - SR(15)A)

#### 5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

*Quadro 18 - Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.*

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	44
Desligamento	03
Concessão de aposentadoria	<b>09</b>
Concessão de pensão	<b>05</b>
<b>Total</b>	14

Fonte: Siape e Extrator de Dados situação identificada na folha de dez/2013

#### 5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

Conforme a base de dados do sistema de folha de pagamento do governo federal, **SIAPE**, extração em dezembro de 2013, esta Superintendência possuía **60 (sessenta) servidores** recebendo **abono de permanência, ou seja, que preencham requisitos para aposentadoria, sem considerar aqueles que estavam em licença prêmio.**

O quadro, certamente, é causa de preocupação e enseja a necessidade de manutenção da força de trabalho desta **SR(15)AMAZONAS**, tendo sido objeto de **02 (dois)** memorandos encaminhados ao **INCRA**, a saber, **MEMO/INCRA/SR(15)G/Nº 168/2012** e **MEMO/INCRA/SR(15)G/Nº 169/2012**, ambos datados de 12/2012, expressando a necessidade de recomposição do efetivo desta **SR(15)AM**.

Mesmo com a nomeação dos novos servidores no ano de 2013, o quadro ainda se mostra bastante reduzido, em função da conhecida carência de pessoal dos Estados da **Região Norte**, agravada pelas sucessivas ocorrências de remoções independente do interesse da Administração com fulcro no artigo 36, inciso III, da Lei nº 8112/1990, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União e exonerações para exercício de outro cargo de natureza inacumulável, uma vez que a demora na convocação dos servidores e o baixo nível remuneratório incentivou o êxodo de servidores recém ingressos, tendo sido contabilizado **03 (três)** pedidos de exonerações e **01 (um) de vacância**, além da ocorrência de **09 (nove) aposentadorias** por tempo de serviço.

Sobre a situação da força de trabalho desta Superintendência, **SR(15)AM**, o relatório anual de contas da **CGU**, encaminhado através do **OFICIO Nº 16370/2012 CGU/REGIONAL/AM/CGU-PR**, de 05 de junho de 2012, em linhas gerais apontou: “Ausência de implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho e fragilidade no planejamento anual e dimensionamento da força de trabalho”, expondo que “Apesar de o gestor informar no Relatório de gestão que a unidade carece de pessoal, não tem sido desenvolvidas ações que permitam a reposição de pessoal”, apontando que dos 217 servidores do quadro existente à época, a **UJ**, 9% tinha 30 a 40 anos de idade, 67% tinha mais de 50 anos e que nesse passo, considerando as regras de cumprimento de tempo de contribuição e de idade, para fins de aposentadoria, há de haver uma política para aumentar a força de trabalho do **INCRA**, Caso isso não ocorra, nos próximos dez anos, a Unidade correrá sérios riscos de ter seus setores paralisados”.

Ainda, sobre a questão, o **ACORDÃO Nº 2002/2013 TCU PLENÁRIA**, de 31/07/2013, recomendou à Superintendência Regional do **INCRA** no Estado do Amazonas, em conjunto com o

INCRA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que promova concurso público com vista a resguardar a cultura organizacional da instituição, haja vista que significativa parcela dos servidores encontra-se próxima a aposentadoria, podendo comprometer a continuidade da força de trabalho.

Faz-se necessário, também, capacitar servidores para preencher as lacunas deixadas pelos servidores que aposentados, gerando um passivo negativo, exigindo investimento em cursos e treinamentos, uma vez que possuímos servidores com mais de 35 (trinta e cinco) anos de experiência e esse processo de qualificação de novos servidores demandará tempo e recursos. Como parte deste esforço, o INCRA tem investido em capacitação, porém, é inegável, que as recentes restrições orçamentárias tem prejudicado este processo.

Como houve o termino do prazo do concurso, de faz imprescindível, que o INCRA promova uma nova seleção, via concurso público, contemplando, inclusive, vagas para postos não contemplados no concurso de 2010, como medida para equacionar o problema.

#### 5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

*Quadro 19 - indicadores Gerenciais sobre Pessoal.*

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	<b>71,42</b>
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	<b>18,15</b>

**Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano do INCRA – SR(15)A1**

## **5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores**

Conforme já exposto no item 5.4.7, em dezembro de 2013, esta Superintendência contava com 60 (sessenta) servidores com abono de permanência, aptos para aposentadoria. Aliado a esse fato, em dezembro de 2013, a SR(15)AM contava com 04 (quatro) servidores a serviço do MDA e 13 (treze) servidores a serviço da Superintendência de Regularização Fundiária na Amazônia Legal Programa Terra Legal, removidos nos exercícios anteriores de 2011/2012.

O quadro, certamente, é causa de preocupação e enseja a necessidade de manutenção da força de trabalho desta Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas - SR(15)/AM, tendo sido objeto dos memorandos encaminhados ao INCRA (MEMO/INCRA/SR(15)G/Nº 168/2012 e MEMO/INCRA/SR(15)G/Nº 169/2012), expressando a urgente necessidade de recomposição do quadro desta Superintendência.

O INCRA realizou um concurso com vagas nas áreas técnicas com intuito de preenchimento de cargos de engenheiro civil, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Florestal e técnicos. Em que pese o concurso haver sido realizado no ano de 2010, no exercício de 2012, o Ministério do Planejamento autorizou, parcialmente, a contratação dos concursados, tendo esta SR(15) AM recebido apenas 02 (dois) engenheiros agrimensores e 01 (um) engenheiro agrônomo. Somente em 13 de fevereiro de 2013, o MPOG, autorizou o início da convocação dos demais candidatos, conforme Portaria publicada no DOU na mesma data.

Através da PORTARIA/INCRA/DA/Nº 30/2013 e seguintes, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 2013, se iniciaram as nomeações dos novos concursados, todavia, o percentual de vagas contempladas pelo concurso, não equacionou a demanda, diante do expressivo número de servidores que se encontram aptos a aposentadoria ou em vias de atender os requisitos desse benefício.

Mesmo com a nomeação dos novos servidores no ano de 2013, o quadro ainda se mostra bastante reduzido, em função da conhecida carência de pessoal dos Estados da Região Norte, agravada pelas sucessivas ocorrências de remoções independente do interesse da Administração com fulcro no artigo 36, inciso III, da Lei nº 8112/1990, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União e exonerações para exercício de outro cargo de natureza inacumulável, uma vez que a demora na convocação dos servidores e o baixo nível remuneratório incentivou o êxodo de servidores recém ingressos, tendo sido contabilizado 03 (três) pedidos de exonerações e 01 (um) de vacância, além da ocorrência de 09 (nove) aposentadorias por tempo de serviço só no ano de 2013.

Aliado à esse fato, é motivo de preocupação as recentes nomeações de servidores recém ingressos no quadro desta Superintendência por meio de concurso de 2010, para ocupar cargos em comissão em outras Superintendências do INCRA existentes nas demais unidades da Federação com fundamento no artigo 36, inciso I da Lei nº 8.112/1990, Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, a saber, servidor ocupante do cargo Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com formação em Engenharia Civil, admitido em 29/07/2013, vaga SR(15)/AM, lotação SR(15)/D (infra-estrutura) nomeado através da PORTARIA/INCRA/Nº 538/2013, de 23 de setembro de 2013, para exercer cargo em comissão, DAS 102.1, na Superintendência Regional de Alagoas, SR(22) e servidora do cargo Engenheiro Agrônomo, classe A, Padrão I, ingressa em 25/03/2013, vaga SR(15)/AM, lotada na SR(15)/D, nomeada para o cargo em comissão e removida através da PORTARIA/INCRA/P/Nº 649/2013, de 14 de novembro de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 46, para a Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Norte, SR(19)/RN, sem conhecimento ou prévia consulta ao Gabinete desta Superintendência Regional.

Apesar das nomeações em referência, estarem fundamentadas no disposto no artigo 36, inciso I da Lei nº 8.112/1990, Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, cabe ressaltar tratam-se de nomeações de servidores que estão recém ingressos no quadro desta Superintendência, portanto, em estágio probatório e que, certamente, ocasionam perda da força de trabalho da SR(15)/AM, além de gerar precedentes para eventuais outras nomeações e novas remoções, frustrando o objetivo do concurso que é a recomposição do quadro da SR(15)/AM.

É importante ressaltar que mais de 90% das vagas do concurso foram preenchidas por candidatos de outros Estados, no momento, já foram removidos 02 (dois) servidores por problemas de saúde de familiares, 02 (duas) exonerações para assumir outro cargo, uma vacância, via concurso, também para assumir outro cargo de natureza não acumulável, 02 (dois) para cargo em comissão, 01 (uma) servidora para acompanhar cônjuge militar removido e tramitam nesta SR(15)/AM, 08 (oito) pedidos de remoção, independente do interesse da Administração e que, certamente, implica em prejuízo para o bom andamento das atividades e metas institucionais da Regional e em consequência, metas nacionais da Instituição, além da descontinuidade dos trabalhos realizados.

Conforme já exposto, a força de trabalho desta Superintendência, SR(15)/AM, foi objeto do relatório anual de contas da CGU, encaminhado através do OFÍCIO Nº 16370/2012 CGU/REGIONAL/AM/CGU-PR, de 05/06/2012, que apontou: “Ausência de implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho e fragilidade no planejamento anual e dimensionamento da força de trabalho”, expondo que “Apesar de o gestor informar no Relatório de gestão que a unidade carece de pessoal, não tem sido desenvolvidas ações que permitam a reposição de pessoal”, apontando que dos 217 servidores do quadro existente à época, a UJ, 9% tinha 30 a 40 anos de idade, 67% tinha mais de 50 anos e que nesse passo, considerando as regras de cumprimento de tempo de contribuição e de idade, para fins de aposentadoria, há de haver uma política para aumentar a força de trabalho do INCRA, Caso isso não ocorra, nos próximos dez anos, a Unidade correrá sérios riscos de ter seus setores paralisados”.

Ainda, sobre a questão, o ACORDÃO Nº 2002/2013 TCU PLENÁRIA, de 31/07/2013, recomendou à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, em conjunto com o INCRA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que promova concurso público com vista a resguardar a cultura organizacional da instituição, haja vista que significativa parcela dos servidores encontra-se próxima a aposentadoria, podendo comprometer a continuidade da força de trabalho.

Como houve o termino do prazo do concurso, sem que o MPOG tenha autorizado um número maior de nomeações faz-se necessário que o INCRA promova uma nova seleção, via concurso público, contemplando, inclusive, vagas para as unidades avançadas, não atendidas no primeiro concurso, como medida para dirimir ou mesmo, equacionar a questão. Além disso, o INCRA deve rever o normativo que trata do Processo de Remoção, estabelecendo critérios mais rígidos e objetivos para a ocorrência de remoções no período do probatório.

## 6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

### 6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

*Quadro 20 - Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.*

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas									
CNPJ: 00.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373025/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
1	793643	Núcleo de Pesquisa e Conservação da Fauna e Flora Silvestre	8.243.302,78	88.800,00	-	-	30/12/2013	31/12/2018	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Núcleo de Convênios – INCRA/SR(15)



**Quadro 21 - Informações sobre transferências realizadas.**

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas			
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373025/37201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	-
	A comprovar	01	4.923.436,05
	<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>4.923.436,05</b>
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	07	32.890.229,66
	A comprovar	02	3.359.547,25
	<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>36.249.776,91</b>

## 6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Foi elaborado pelo INCRA/Sede um cronograma nacional tratando dos procedimentos de registro de imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.

Esta Superintendência aguardará as instruções para o cumprimento deste cronograma.

## 6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Quanto a gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos informamos que :

a) No que se refere ao plano de providência para o efetivo recebimento esta SR aguarda as definições da SEDE quanto aos procedimentos a serem efetuados após a edição da MP Nº 636 de 26 de dezembro de 2013.

b) Saldo das Contas em 31/12/2013:

i) 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros - R\$ 20.923.595,13

ii) 1.2.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos - R\$ 325.844.670,63

c) Sobre o tratamento da inadimplência – as informações estão descritas no item 7.4 deste Relatório de Gestão.

d) Sobre a evidenciação contábil – as informações estão descritas no item 7.4 deste Relatório de Gestão.

## 6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

As informações estão descritas no item 7.4 deste Relatório de Gestão.

## **7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão**

### **7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência**

As informações estão descritas no anexo III deste Relatório de Gestão.

### **7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos**

O INCRA mantém o Sistema denominado “*Módulo de Monitoramento e Avaliação*”. Esse sistema tem por objetivo registrar e avaliar as informações relativas à execução física e financeira dos principais Programas e Ações estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), executados pelo INCRA, gerando relatórios gerenciais referentes à movimentação orçamentária e financeira, bem como da execução das metas físicas propostas, tendo por base os dados disponibilizados pelo SIAFI, bem como aqueles registrados no Módulo, por parte das Superintendências Regionais. A Instrução Normativa nº 55 de 3/08/2009, “*estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências*”.

Nos artigos 4º à 7º, Capítulo “V” da IN nº55/2009 estão estabelecidas as responsabilidades. A execução das atividades programadas é acompanhada através de relatórios apresentados pelos servidores executantes dos serviços aos Chefes de suas respectivas Divisões.

Os Chefes de Divisões avaliam as informações, dando conformidade na execução e encaminhando as providências que porventura tenham sido recomendadas.

### **7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações**

Não há rotina normatizada. No entanto, cabem as Divisões desta Regional tomar as medidas necessárias no âmbito de suas competências definidas no Regimento Interno do INCRA.

Os recursos orçamentários são descentralizados pelo INCRA/Sede e empenhados na Superintendência de acordo com as ações e programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). As Divisões da Regional possuem gerência sobre os recursos orçamentários/financeiros relacionados às suas competentes ações.

Na formalização do pedido de concessão de diárias e passagens através do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, é indicada a Nota de Empenho correspondente a ação/programa correlata a atividade a ser executada.

Após a formalização, o pedido de concessão de diárias e passagens passa pelas etapas de autorização do Proponente (Chefes de Divisões) e Ordenador de Despesas que revisam se os recursos a serem utilizados correspondem as respectivas ações/programas.

Na finalização das atividades o servidor apresenta o relatório de execução dos serviços. As informações são consolidadas pela Chefia de Divisão, que posteriormente os apresenta ao Setor de

Planejamento e Controle do Gabinete da Superintendência, que os insere no sistema Módulo de Monitoramento e Avaliação.

O Sistema *Módulo de Monitoramento e Avaliação*, disponibiliza às Divisões, relatórios com acesso a informações sobre a execução das atividades, lhes permitindo realizar as correções, se necessárias.

A Assessoria de Planejamento e Controle do Gabinete da Superintendência disponibiliza duas vezes por semana as Divisões, o relatório denominado “*Execução Financeira*”. Esse relatório apresenta informações sobre os montantes de recursos descentralizados, recursos empenhados, empenhos liquidados e empenhos a liquidar.

Com esse relatório as Divisões acompanham a execução financeira das ações/programas sob sua gerência, podendo detectar incoerências e providências as correções.

#### **7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos**

- 1) A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos , registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todos as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remetidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

**Quadro 22 – Cronograma de cobrança de créditos – MP 636/2013**

<b>Ação a ser implementada</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Responsável pela implementação</b>
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisar q após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dá a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

2) A **conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

**Quadro 23 - Receitas Diretamente Arrecadadas**

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de Ocupação	288804-7	88.758	66.438
250	16001300	Serviços Administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	-
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/col. Ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de Empréstimos Diversos	48807-0	347.979	589.355
<b>TOTAL</b>				<b>31.004.474</b>	<b>39.704.515</b>

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

**Quadro 24 – Cronograma implantação do sistema SNCCI**

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

## 8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

### 8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

*Quadro 25 – Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício*

Acórdão Nº	Determinação	Situação
2.002/2013	Recomenda à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas (Incra/AM) que promova a adequação do seu horário de funcionamento para melhor atender à sociedade, observando as peculiaridades logísticas da região.	Implementado
	Recomenda à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas (Incra/AM), em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que promova concurso público com vistas a resguardar a cultura organizacional da instituição, haja vista que significativa parcela dos servidores encontra-se próxima da aposentadoria, podendo comprometer a continuidade da força de trabalho da Superintendência.	Encaminhado ao INCRA/Sede
5.841/2013	Determina ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, à Controladoria-Geral da União - CGU e à Advocacia Geral da União – AGU, que promovam, caso ainda não tenha feito, a apuração das responsabilidades pela infração funcional cometida por servidores e/ou procuradores federais junto ao Incra por ocasião da atuação nos processos nº 54270.000230/2010-06 e nº 54270.000480/2008-13 ante a prática de atos omissivo-comissivos irregulares que resultaram na aplicação de multa judicial ao Incra, segundo decisão prolatada pela 7ª Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária do Amazonas, em 22/06/2012, no âmbito do Processo Judicial nº 84.00.16925-5, tendo em conta o Despacho nº 77/201º/CGA/PFE/INCRA, de 11/2/2010, e o Despacho nº 114/2010/CGA/PFE/INCRA, de 9/3/2010.	Em execução

Fonte: TCU/CGU e informações internas do INCRA/AM

### 8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

Demonstrado no anexo IV deste Relatório de Gestão.

## **9. Ouvidoria**

Não houve a ocorrência de registros feitos por intermédio da Ouvidoria Agrária Regional. A utilização de recursos financeiros em 2013 utilizados pela Ouvidoria Agrária Regional, foram oriundos da Ouvidoria Agrária Nacional (MDA), para capacitação e deslocamento dos Ouvidores Regionais e membros da Ouvidoria Regional.

Esses recursos não tem origem na Programação Orçamentária do INCRA e sim da Ouvidoria Agrária Nacional ligada diretamente ao MDA.

## **10. Correição**

### **10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.**

Objetivando atender as recomendações da CGU realizadas no exercício de 2013, para providências relativas a Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD, a Superintendência editou a ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR(15)AM/Nº 060/2013, determinando:

- a) que o Serviço de Desenvolvimento Humano da Divisão de Administração – SR(15)A, procedesse o gerenciamento, controle e acompanhamento dos Procedimentos Disciplinares instaurados para apurar ocorrências/denúncias sob a responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas.
- b) o registro de informações e atos no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares – SISPAD do INCRA, relativos a procedimentos disciplinares instaurados que envolvam ocorrências na Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, conforme previsto nos art. 2º e 3º da PORTARIA/INCRA/P/Nº74/2009;
- c) o registro de informações e atos no Sistema de Gestão de Procedimentos Disciplinares – CGU-PAD da CGU, relativos a procedimentos disciplinares instaurados que envolvam ocorrências na Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, conforme previsto na Portaria nº 1.043/2007 das CGU e no Manual do Usuário – Sistema CGU-PAD.

No exercício de 2013, devido as restrições orçamentárias, foram instaurados 02 (dois) Processos Administrativos Disciplinares, PAD e 01 (um) Processo de Sindicância:

1) Processo Administrativo Disciplinar - PAD, sob o nº 54270000612/2011-11, instaurado pela PORTARIA/INCRA/SR(15)/AM/Nº 57/2011, de 25/07/2011, boletim de serviço nº 31, de 01/08/2011, prorrogada pela PORTARIA/INCRA/SR(15)/AM/Nº 69/2011, de 26/09/2011, boletim de serviço sob o nº 39, de 26/09/2011 e seguintes. A Comissão em epígrafe, teve como objetivo a apuração de possíveis irregularidades no pagamento de créditos destinadas à habitação no âmbito da Unidade Avançada de Boca do Acre, da SR(15)AM, a partir do Processo de Comissão de Sindicância de nº 54270.000.126-2009-70 e sob o nº 54270000983/2005-48, que deu origem ao

Processo de nº 54270000612/2011-11, acatado o Relatório Final da Comissão Processante e Acolhida na íntegra, a NOTA Nº 073/2013/PFE/INCRA/AM/PGF/AGU, de 17 de julho de 2013, de origem da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, que se manifestou pela regularidade do Procedimento, bem como, pela ausência de elementos para indiciamento dos servidores acusados, deu-se o arquivamento, com encaminhamento de cópia autos e julgamento para o Ministério Público Federal para conhecimento, notificação dos envolvidos, publicação e registro SISPAD/CGU/PAD.

2) Processo Administrativo Disciplinar - PAD, sob o nº 54270000613/2011-57, instaurado pela PORTARIA/INCRA/SR(15)/AM/Nº 55/2011, de 25/07/2011, boletim de serviço nº 30, de 25/07/2011, prorrogada pela PORTARIA/INCRA/SR(15)/AM/Nº 71/2011, de 26/09/2011, boletim de serviço nº 39, de 26/09/2011 e seguintes, com RELATORIO FINAL da Comissão e Parecer da Procuradoria Federal Especializada.

A Comissão em epígrafe teve como objetivo a apuração de possíveis irregularidades na concessão de crédito destinadas à reforma agrária no âmbito da Unidade Avançada de Boca do Acre, da SR(15)AM, a partir da representação junto ao Ministério Público sob o nº 113.000001244/2007-81, objeto do Processo de Comissão de Sindicância de nº 54270.000.523-61, instaurada pela PORTARIA/INCRA/SR(15)AM/Nº 14, de 14/04/2008, BS nº 16 de 22/04/2008 e das informações da Sindicância de nº 54 20 006856/2009-46, PORTARIA/INCRA/SR(15)AM/Nº 24, de 06/08/2009, BS nº 32, de 10/08/2009. Acatado o Relatório Final da Comissão Processante e Acolhida na íntegra a NOTA Nº 163/2013/PFE/INCRA/AM/PGF/AGU, de 22 de julho de 2013, de origem da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, que se manifestou pela regularidade do Procedimento, bem como, pela ausência de elementos para indiciamento dos servidores acusados e sugere, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, como encaminhamento de cópia para o Ministério Público Federal, deu-se o arquivamento, com encaminhamento de cópia autos e julgamento para o Ministério Público Federal para conhecimento, notificação dos envolvidos, publicação e registro SISPAD/CGU/PAD.

3) Processo de Cunha Investigativo, sob o nº 54270000226/2013-82, instaurado pela PORTARIA/INCRA/SR(15)/AM/Nº 07/2013, de 03/05/2013, boletim de serviço nº 20, de 20/05/2013, objetivando a apuração de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO AMAZONAS, SR(15)AM, especificando na cidade de Parintins, onde havia uma Unidade no local, conforme OFICIO Nº 147/2008, de 07.05.2008, COOTEMPA, nos autos sob o nº 54 270 000974/2008-06, com relatório final, entendendo pela ausência de elementos para responsabilidade dos supostos envolvidos. O processo seguiu para análise da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, aguardando posicionamento.



*Anexo I - Balanço Plano de Ação 2013 e Agenda de Gestão – SR(15)AM – 3ª Versão*

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(15)/F					
AÇÃO	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural				
ATIVIDADES	Expandir a rede nacional de cadastro rural				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
13	3	23,08%	1.066	1,22	0,28
ATIVIDADES	Capacitar servidores de UMC's				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
19	6	31,58%	490	3,88	1,22
ATIVIDADES	Atualizar o cadastro de imóveis Rurais no SNCR				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
977	1.991	203,79%	161.359	0,61	1,23
ATIVIDADES	Corrigir imóveis rurais com código de nacionalidade INEXISTENTE ou INVÁLIDO no SNCR				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
69	0	0,00%	4.211	1,64	0,00
AÇÃO	Imóveis georeferenciados				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
6	0	0,00%	4.645	0,13	0,00
imóveis georeferenciados	imóveis georeferenciados				
AÇÃO	Esgotar o Passivo Processual de certificação de imóveis rurais nas SR's				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
25	67	268,08%	36.816	0,07	0,18
processos	Processos				

AÇÃO	Ampliar o número de polígonos georeferenciados na base cartografica digital				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
101	0	0,00%	42.388	0,24	0,00
imóveis georeferenciados	imóveis georeferenciados				
TEMA	Regularização Fundiária - Gestão de Terras Públicas				
AÇÃO	Arrecadação sumária de terras devolutas				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
37.330	3.757	10,06%	141.863	26,31	2,65
ha arrecadados	ha arrecadados				
AÇÃO	Concessão de direito real de uso ao ICMBio				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
2.272.205	1.958.282	86,18%	3.882.596	58,52	50,44
ha	ha				
AÇÃO	Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
1	0	0,00%	652	0,15	0,00
comunidade localizada	comunidade localizada				
Divisão de Obtenção - SR(15)/T					
TEMA	Cadastro, Seleção e Homologação de Beneficiário				
AÇÃO	BUSCA ATIVA - Promover o cadastramento de acampados e assentados no CADÚnico				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
20.836	180	0,86%	299.663	6,95	0,06
assentados	Assentados				

AÇÃO	Homologação de famílias				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
1.040	1.126	108,27%	33.000	3,15	3,41
Famílias	Famílias				
AÇÃO	Vistoria de imóveis rurais				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META ORÇAMENTÁRIA	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
30.500	9.734,35	31,92%	860.613	3,54	1,13
ha	ha				
PO	Gestão Ambiental em PA's				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
158	6	3,80%	692	22,83	0,87
Assentamentos Benef.	Assentamentos Benef.				
PO	Licenciamento Ambiental				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
0	4	—	173	0,00	2,31
Licença protocolada	Licença protocolada				
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - SR(15)/D					
AÇÃO	Assistência técnica e extensão rural para reforma agrária				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
1.230	1.230	100,00%	265.330	0,46	0,46
Famílias	Famílias				
*chamada pública extrativista lançada para 4.975 famílias abrangindo 9 municípios, aguardando propostas.					
AÇÃO	Implantação e recuperação de infraestrutura basica em projetos de assentamento , PA's beneficiados pelo MCMV				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
1.327	0	0,00%	32.472	4,09	0,00
Famílias	famílias				

TEMA	Supervisão ocupacional				
AÇÃO	Executar Supervisão Ocupacional				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
1.700	2.569	123,41%	47.587	3,57	4,41
Lotes	Lotes				
TEMA	Titulação				
AÇÃO	Plano de execução de titulação				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
2.000	2.049	102,45%	40.000	5,00	5,12
Documentos	Documentos				
AÇÃO	Demarcação Topografica em PA's				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
155	0	0,00%	17.135	0,90	0,00
Famílias atendidas	Famílias atendidas				
AÇÃO	TERRA SOL - Fomento à agroindustrialização e à comercialização				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
100	0	0,00%	33.191	0,30	0,00
Famílias	Famílias				
Divisão de Administração - SR(15)/A					
TEMA	Gestão de pessoas				
AÇÃO	Capacitar Servidores				
META FÍSICA	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	META NACIONAL	PART.META NAC/PREV. (%)	PART.META NAC/EXECUT. (%)
66	160	242,42%	1.320	5,00	12,12
Servidores	Servidores				

**Anexo II - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Fonte</b>	<b>Resultado</b>
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	(*)
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	16,98%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	34,41%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra <b>Rel. 233.</b>	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	(**)

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	<b>2,28%</b>
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	<b>6.29%</b>
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	<b>10,52%</b>

(\*) Execução através do Programa Água para Todos

(\*\*) Não foi possível identificar o número de PRONAF contratado especificamente para o publico assentado da Reforma agrária, pois as informações que estão sendo encaminhadas pelo Banco Central ao MDA, não permitem tal segregação.

**Anexo III - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . <b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . <b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					



**Anexo IV – Demonstração do cumprimento das recomendações da CGU no exercício anterior**

<b>Assunto (resumido)</b>	<b>Responsável</b>	<b>Situação</b>
Liberação de duas parcelas do convenio com a SEPROR sem fiscalização para verificação do serviço	Desenvolvimento	Em Execução
Baixa adesão da UJ a critérios de Sustentabilidade Ambiental.	Administração	Em Execução
Operacionalização e Fiscalização de créditos não são segregadas e ausência de documentação processual.	Desenvolvimento	Em Execução
Instrução de Processos de concessão de diárias realizada de forma incompleta.	Administração/RH	Atendida
Fuga do processo licitatório em 5 processos, no valor de R\$ 34.502,10 (serviços de copias e reprodução)	Administração	Atendida
Controle Interno Administrativo realizado de forma inadequada sobre processos individuais dos beneficiários do PNRA	Desenvolvimento	Em Execução
Instrução de processos de concessão de diárias realizada de forma incompleta	Administração/RH	Atendida
Não comprovação de execução de serviços para os quais foram concedidas diárias.	Administração	Em Execução
LIP e inassiduidade habitual	Administração/RH	Atendida
Servidor na situação de "instituidor de pensão" instituído em outro vínculo.	Administração/RH	Atendida
Servidor na situação funcional de "aposentado" com mais de um vínculo.	Administração/RH	Atendida
Servidor percebeu remuneração como se estivesse em situação de "ativo" por cinco meses após ter sido instituída sua aposentadoria.	Administração/RH	Atendida
Entidade não utiliza o sistema SCDP para gerenciamento de diárias e passagens	Administração	Atendida
Fragilidades nos controles relativos à área de licitação, comprometendo sua integridade.	Administração	Em Execução
Ausência de formalização de processos de beneficiários.	Obtenção	Em Execução
Simulações nas proposta apresentadas no Convite nº002/2008, referente à construção da UA de Borba/AM, no valor de R\$ 99.500,00.	Administração	Em Execução
Beneficiário de pensão percebe benefícios de pensões decorrente de cargos acumulados em desconformidade com a lei.	Administração/RH	Atendida
Despesa Realizada sem empenho (suprimento de fundos sem NE)	Administração	Em Execução
Divergências entre valores constantes do Relatório de Gestão e as extrações obtidas pelo Siasgdw.	Administração	Em Execução
Ausência de justificativa para a não realização de Pregão na sua forma eletrônica.	Administração	Em Execução
Ocorrência de saldos de contas de Bens Imóveis, no valor total de R\$ 32.082.249,21, sem registro no SPIUnet.	Administração	Atendida
Ausência de medidas tempestivas para responsabilização de entidade conveniente em debito com o INCRA	Administração	Em Execução
Atuação intempestivas da UJ na análise das prestações de contas de 13 transferências voluntárias apresentadas	Administração	Em Execução
Atendimento parcial das recomendações exaradas pelo TCU mediante Acórdão 4.771/2010, rel. ao convenio CTR/4.000/2002.	Administração	Atendida

Ausência de rotinas de acompanhamento e vistoria nos bens imóveis sob responsabilidade do INCRA/SR-15.	Administração	Atendida
Inscrições de NE no valor de R\$ 10.573.148,39 em RAP não Processadas. Sem atender a alguma das hipóteses previstas no art35 do decreto 93.872/86	Administração	Atendida
Imóveis locados de terceiros não estão cadastrados no SPIUnet.	Administração	Em Execução
Imóveis de uso especial de propriedade da União não estão cadastrados no SPIUnet.	Administração	Em Execução
Inexistência de documentação relativa a regularidade trabalhista de empresa responsável pelo fornecimento do material, conforme determina o Art.29 da Lei 8.666/93.	Administração	Em Execução
Ausência de indicadores instituídos pela UJ no Relatório de Gestão para aferir desempenho de sua gestão.	Planejamento e Divisões	Em Execução

Fonte: PPP/CGU e informações das Divisões